

Ulysses: "A Nação quer e vai mudar"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, abriu ontem à tarde a primeira sessão de trabalho com seu discurso de posse. Eleito na noite anterior para o cargo, Ulysses afirmou que a Constituinte tem como obrigação "promover a grande mudança exigida pelo nosso povo" e a "oportunidade histórica de dar ao País a mais nacional de suas Constituições". A Nação quer mudar; a Nação deve mudar; a Nação vai mudar" — frisou o deputado paulista, aplaudido pelo plenário e pelas galerias.

Foi um discurso de meia hora, marcado por frases incisivas sobre praticamente todas as questões que envolvem o País, desde injustiças sociais, "espoliação externa", distribuição da terra até as relações entre o Estado e a economia, a liberdade, a educação e o desenvolvimento tecnológico e científico. Não faltou também uma firme condenação do modelo econômico exportador. Ulysses entrou em plenário às 15h45 — 45 minutos depois do horário previsto para o início da sessão. Sozinho na Mesa, abriu os trabalhos e começou a ler seu discurso (preparado para o dia anterior). O deputado peemedebista fez um paralelo entre ele mesmo e Prudente de Moraes, seu "conterrâneo e vizinho", que assumiu a Assembléia Nacional Constituinte em 21 de novembro de 1890. "A 2 de fevereiro (de quando está datado o discurso) eu a assumo, em Brasília, como mandamento da Assembléia Nacional Constituinte de 1987" — declarou Ulysses, sem deixar de notar que seu "ofício de coordenador isento da elaboração constituinte seja modelado na austeridade e na competência do exemplar republicano".

O presidente da Câmara definiu o homem público como "o cidadão de tempo inteiro, de quem as circunstâncias exigem o sacrifício da liberdade pessoal, mas a quem o destino oferece a mais confortadora das recompensas: a de servir à Nação em sua grandeza e proteção na eternidade".

Ulysses prosseguiu observando que a Assembléia instalada no domingo reúne "o melhor do povo brasileiro" e é ela mesma "um Parlamento de costas para o passado". Para o deputado paulista é uma satisfação ver entre os constituintes "tantas mulheres", cuja participação na vida política "dá à democracia a sua verdadeira dimensão". "Esta banca feminina é a maior de nossa história parlamentar, mas muito pequena ainda" (são 26 mulheres de 559 constituintes). "Espero que as mulheres assumam a sua responsabilidade política e ocupem, cada vez mais, o espaço que é de seu direito ocupar."

Ulysses mencionou a exigência de "grande mudança" feita pelo povo. O período vivido pelo País desde a campanha por diretas-já demonstra que "o Brasil não cabe mais nos limites históricos que os exploradores de sempre querem impor. Nosso povo cresceu, assumiu o seu destino, juntou-se em multidões, reclamou a restauração democrática, a justiça social e a dignidade do Estado". O deputado afirmou que os constituintes estão reunidos exatamente para "dar essa vontade indomável o sacramento da lei. A Constituição deve ser — e será — o instrumento jurídico para o exercício da liberdade e da plena realização do homem brasileiro".

"A ampla maioria de que dispomos nesta Casa — continuou — constitui garantia bastante de que faremos uma Constituição para a liber-

dade, para a justiça e para a soberania nacional." A liberdade, também "uma questão de justiça", não pode continuar sendo "um bem de mercado". "Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la." A justiça para os trabalhadores "deve começar pelo salário". Em sua opinião, "não existe no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores".

Em suma, Ulysses acha que todos os problemas do País se originam da injustiça. "O privilégio começa na posse da terra, no início repartida, pelos favores reais, entre as oligarquias imigradas. Essas mesmas oligarquias acostumaram-se ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão. Como bem nos apontou mestre Afonso Arinos de Mello Franco, as senzalas do século passado estão hoje nas favelas."

No entanto, não há apenas a "injustiça interna", mas também "a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao Império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendimentos. Trata-se de brutal mais-valia internacional que nos é expropriada na transferência líquida de capitais". Ulysses notou que os insensatos não entendem que o Brasil é, "no Terceiro Mundo, também senzala dos países mais poderosos".

O presidente da Constituinte defendeu a modernização da economia, que não deve ser mais uma vez "impedida por uma estrutura social arcaica, que se amarra praticamente nas Ordenações Filipinas". Modernizá-la é "torná-la competitiva, com o emprego racional de todos os recursos disponíveis, a começar pelo solo".

"A terra não pode ser mera reserva de valor para os que especulam com o seu preço, porque só nela os homens encontram a vida" — salientou Ulysses, notando, porém, que não se deve "pensar em distribuí-la, apenas. É nossa obrigação fazê-la produtiva. Sempre que o direito de propriedade se opuser ao interesse nacional, que prevaleça o interesse da Nação".

Também presidente do PMDB, o deputado paulista observou que não se pode "pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos". "Se o governo deve intervir no processo econômico, que sua ação busque a paz social."

Ulysses traçou um perfil da política brasileira, lembrando da "federação monárquica", passando pelo Estado Novo e condenando os "recentes anos de arbítrio". "Federação e democracia continuam sendo as reivindicações nacionais maiores, e nossa Assembléia não poderá deixar estas questões ao relento".

Para o presidente da Constituinte, "não há um só exemplo de nação forte sem bom sistema de educação". "Conhecer é ser livre" — afirmou ele, citando José Martí, "um dos grandes apóstolos da América". "Isso colocará as tarefas da educação pública na urgência de nossas preocupações. A cidadania começa no alfabeto."

Ulysses se diz "convencido de que esta é excepcional oportunidade histórica de dar ao País a mais nacional de suas Constituições". Sua intenção como presidente da Constituinte é encontrar, "em nossa própria inteligência e vivência, processos novos de desenvolvimento jurídico e social".